
Os vinte anos da PNEA. Entrevista com a Professora Dr^a. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis¹

Jorge Sobral da Silva Maia²

1 Livre Docente e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, Brasil.

2 Doutor em Educação para a Ciência. Professor do Programa da pós-graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e do Programa da pós-graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Bauru/SP, Brasil. E-mail: sobralmaia@uenp.edu.br

Jorge Sobral da Silva Maia: *Qual a sua compreensão do conceito de educação ambiental?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Em minha tese de doutorado, defendida em 2000, depois de muitas reflexões acerca desta questão, consegui formular o meu conceito de educação ambiental como “uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente”. Hoje, depois de todos esses anos de estudos e pesquisas neste campo, tendo ainda como referencial teórico o Método Materialista Histórico Dialético, considero que aprofundi ainda mais as ideias presentes neste conceito, ou seja, o processo educativo ambiental continua sendo para mim, segundo nos orienta o pensamento radicalmente crítico presente neste Método, um processo de apropriação e transmissão – crítica – da realidade histórica e concreta resultante das relações das sociedades com o ambiente em que vivem. Mas, é importante destacar que todas essas ideias tem que ser compreendidas no interior da crítica radical às sociedades desiguais - de classes - organizadas sob o modo capitalista de produção, sociedades que concretizam as relações contraditórias entre essas diferentes classes sociais, portanto e também em suas relações com o ambiente.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Como a educação ambiental tornou-se seu objeto de pesquisa?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Embora a atividade de pesquisa tenha autonomia

nas atividades docentes nas Universidades Públicas (autonomia cada vez mais ameaçada pelo ataque a quase tudo que é público no Brasil hoje, particularmente à educação e à educação superior), sempre considerei importante a articulação entre ensino, pesquisa e extensão – as “atividades fins” das universidades – em toda organização destas instituições, inclusive na dimensão das atividades docentes. Então, ao me desligar do Departamento de Educação da UEL, onde desenvolvia atividades relacionadas principalmente ao curso de Pedagogia, e vir para o Departamento de Educação do Instituto de Biociências da UNESP de Botucatu onde passei a desenvolver minhas atividades docentes principalmente junto ao curso de Ciências Biológicas a partir de 1994, obriguei-me a pensar esta articulação numa nova perspectiva. Percebi, naquele momento, uma demanda bastante intensa por parte dos alunos de graduação deste curso em relação à educação ambiental, particularmente em relação a elaboração das monografias de final de curso. Iniciei, então, meus estudos e pesquisas acerca da educação ambiental, sem deixar de continuar aprofundando meus estudos sobre o Método Materialista Histórico Dialético como referencial teórico para a educação, naquele momento dirigindo-os para sua dimensão ambiental.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Em 2019 a Política Nacional de Educação Ambiental completará 20 anos. É possível identificar os efeitos desta política no desenvolvimento da pesquisa em Educação Ambiental no Brasil?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Penso que sim. A pesquisa acadêmica em educação ambiental no Brasil se desenvolveu muito a partir da Rio-92, que muito divulgou o tema ambiental no Brasil. Embora já nesse evento pudéssemos notar algumas diferenças nas formas de compreender a educação ambiental, como podemos perceber se compararmos, por exemplo, o Capítulo 36 da Agenda 21, sobre a educação ambiental, e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, somente o desenvolvimento e aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa em educação ambiental que se deu depois do ano 2000 – identificado pelo volume muito maior de publicações acadêmicas em educação ambiental a partir deste ano - é que nos trouxe mais maturidade nesta atividade de pesquisa. Além disso, considero que a pesquisa acadêmica sobre a educação ambiental escolar, até então incipiente, também obteve maior importância com a promulgação da PNEA. Se tomarmos, por exemplo, um dos periódicos mais importantes na publicação de estudos e pesquisas em educação, o Cadernos CEDES do Centro de Pesquisa Educação e Sociedade, como um forte indicador do crescimento da pesquisa em educação ambiental no Brasil, vemos como, a Educação Ambiental que foi o tema do 29º número em 1993 como influência da RIO-92, ainda era muito frágil como resultado de pesquisa, bastando identificar que a maioria dos autores dessa edição não eram pesquisadores em educação ambiental. Mais tarde, nesse mesmo periódico, eu mesma organizei juntamente com a Profa Maria Guiomar Ferreira Tomaziello, uma publicação mais atualizada sobre educação ambiental para o Cadernos CEDES nº 77 em 2009 com a participação de 25 diferentes pesquisadores de 19 diferentes instituições de educação superior que se dedicavam especialmente à educação ambiental. Essa publicação, essencial-

mente acadêmica, foi tão rapidamente esgotada que republicou-se como segunda edição em 2012, o que é bastante incomum. Nessas duas edições oferecemos aos leitores conteúdos para a compreensão da relação da educação com a sustentabilidade socioambiental resultados de nossos estudos e pesquisas especificamente sobre este campo. Também é forte indicador do crescimento da pesquisa, além do notável crescimento de publicações em educação ambiental, a organização de muitos e variados eventos na área. Para a pesquisa é particularmente relevante a criação na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd - do GT-22 de Educação Ambiental e do GT Educação Ambiental na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPAS. A realização das nove edições dos Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA, por ser um evento especialmente dedicado à pesquisa em educação ambiental também é, em si, um grande indicador do crescimento dessa atividade. Note-se, então, que todos esses indicadores são posteriores a promulgação da PNES, então, podemos inferir que estes dois eventos estão relacionados. O fato da PNEA estar citada em muitos dos trabalhos acadêmicos produzidos e divulgados por tudo que foi aqui colocado, é um forte indicador desta relação.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Em que a PNEA necessita ser aprimorada após estes quase 20 anos de sua existência?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Nossa, em muita coisa! A promulgação da PNEA foi um importante marco no desenvolvimento da educação ambiental no Brasil, em todas as suas modalidades. No entanto, muitos estudos tem demonstrado que, como não poderia ser diferente em nossa sociedade, ela resultou de um processo político cujas contradições e disputas, acomodadas, trouxeram alguns ganhos para a educação ambiental no Brasil, mas também muitas fragilidades. São muitas essas fragilidades, mas podem ser aglutinadas em torno da principal disputa empreendida: o financiamento público da educação ambiental no Brasil. Lembremos que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (obviamente numa iniciativa que não foi individual) vetou os dispositivos legais que tratavam deste financiamento. Então, se hoje temos estudos que denunciam os retrocessos do tema ambiental e da educação ambiental, entre muitos outros fatores – históricos, econômicos, políticos e sociais - a falta de definição do financiamento pode ser vista como determinante para a fragilidade com que ela se inseriu nos processos educativos escolares ou não escolares, que resulta nesses retrocessos. Outras questões mais específicas podem aqui também serem apontadas. A educação ambiental escolar, por exemplo, embora presente na PNEA, foi tratada segundo entendo, sem a importância necessária: faltam a ela diretrizes e bases mais sólidas para o enfrentamento dos obstáculos e dificuldades que temos em relação à sua inserção nas escolas, especialmente se considerarmos o fato de que nosso Sistema Nacional de Educação é muito precário como “sistema” e como “nacional”. Outro importante tema tratado pela PNEA é a constituição do Órgão Gestor da PNEA como seu executor. Segundo minha avaliação faltam também diretrizes e bases mais claras, não somente para sua constituição – que até é bem organizada lá -, mas principalmente para sua

competência. Se juntarmos esses dois temas – educação ambiental escolar e Órgão Gestor da PNEA, podemos observar claramente que esse órgão avançou muito pouco na inserção da EA na escola. O conjunto de atividades por ele realizadas neste tempo todo não passa, segundo entendo, de um conjunto de Programas de EA de Governo e não de Políticas Públicas de Estado, no caso escolar de Políticas Públicas de Educação para a educação ambiental. Essas observações não podem deixar, obviamente, de levar em conta que, se tivermos a expectativa de avançar muito na formulação de Políticas Públicas para a EA tendo como instrumento uma legislação da natureza da PNEA numa sociedade contraditória como a nossa, estaremos sendo ingênuos ou, mais provavelmente, desinformados ou mal formados. Mas, se considerarmos a importância da participação de diferentes e contraditórios setores da sociedade na formulação dessas políticas públicas para, em nosso caso, a educação ambiental, temos que considerar que fizemos muito pouco até aqui e que ainda há muito por fazer.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Que fatores históricos influenciaram a elaboração desta política? É possível destacar referenciais que subsidiaram a sua construção?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Alguns estudos tem se dedicado a esse tema. Eu mesma orientei uma tese de doutorado concluída em 2012 intitulada “Política Nacional de Educação Ambiental: contradições e disputas” de autoria de Nadja Janke, hoje quadro técnico – por concurso público - do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Nessa tese, ela detalha toda trajetória do processo de elaboração da PNEA como Projeto de Lei. Foram 6 anos de tramitação desde a apresentação do Projeto pelo então Deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) em 1993. Embora o momento político fosse bastante conturbado – com o *Impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992 – a chamada “abertura econômica” em curso inaugurou no Brasil um processo de “reforma do Estado” de orientação neoliberal, o que implica no “afastamento” do Estado na garantia do bem estar social. Nesse contexto, a PNEA, que implica em reforçar o papel do Estado na garantia de um processo educativo coletivo e participativo, já vem marcada pelo esvaziamento desse papel. Lembremos também que a Rio-92, com todos os “espetáculos” que, com grande contribuição do Governo Collor, foi capaz de criar no país um clima favorável ao discurso ambiental respondendo, desta forma, as pressões internacionais que o Brasil vinha sofrendo. Assim, podemos afirmar que a PNEA em sua tramitação e promulgação foi muito mais uma resposta a essas pressões internacionais por parte dos governos envolvidos nesse processo do que propriamente uma demanda da sociedade, que em todo o processo não teve significativa participação. Essa situação expressa a maior contradição presente no processo de criação da PNEA: por um lado ela veio atender as pressões internacionais cujos interesses ambientais sempre foram limitados pelo modo de produção capitalista e, por outro, é um importante instrumento de interesse social pois traz a obrigação da construção de uma Política Nacional de Educação Ambiental. Outras contradições emergiram do contexto histórico desse processo, como em todo processo em que está envolvida a educação – de qualquer modalidade -: de um lado estão os interesses dos gru-

pos dominantes em reproduzir as relações sociais dominantes, e de outro o interesse dos grupos dominados em se apropriar dos elementos culturais necessários ao processo de transformação dessas mesmas relações.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Como a PNEA se relaciona a LDB de 1996 – Lei 9.394 de dezembro de 1996?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: A LDB trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela se preocupa muito mais em organizar o que chama de Sistema Nacional de Ensino nos aspectos mais administrativos do que pedagógicos, propriamente ditos. Mas, quando trata da estrutura e do funcionamento dos níveis (educação básica – infantil, fundamental e médio - e educação superior) e modalidades (educação profissional, educação especial) de ensino, traz algumas providências quanto aos currículos dos diferentes níveis, onde se situa a educação ambiental escolar. Sobre isso, destaca-se que um – dentre os quatro grandes objetivos do ensino fundamental – é “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Embora a LDB e a PNEA sejam, ambas, instrumentos formais para a definição de políticas públicas de educação (e educação ambiental), elas tem diferentes “funções|” na organização da educação escolarizada. A LDB é mais abrangente e, embora não tenha nenhuma neutralidade nisso, tem uma função mais administrativa, de organizar a estrutura e o funcionamento do – e dos – Sistema de Ensino, o que, em si, é uma medida política do Estado. A PNEA, por outro lado, tem uma característica – que sem deixar de ser marcadamente política – mais específica, ou seja, foi pensada para inserir no Brasil, e não somente nos Sistemas de Ensino (escolar) – a educação ambiental. Mas, se levamos em conta a importância do contexto político, social e econômico na elaboração desses instrumentos formais, elas tem muita semelhança. Ambas foram formuladas e promulgadas num momento importante da reforma do Estado no Brasil, reforma essa que, orientada pela doutrina neoliberal, ainda está em curso. Se observarmos os ataques que temos mais recentemente sofrido com relação a diminuição e até aniquilação de direitos sociais duramente conquistados pela luta dos trabalhadores no Brasil, e nos lembrarmos que essas medidas são parte do processo reformista do Estado em curso desde o início dos anos 90 do século XX – não é a toa que conhecemos essas medidas oficialmente por “reformas” -, podemos compreender um pouco das condições objetivas que permitem – ou não permitem - que essas leis fundamentem as políticas públicas a que se referem.

Jorge Sobral da Silva Maia: *A PNEA mostrou-se eficiente, em outras palavras, ela levou ao desenvolvimento efetivo da educação ambiental no Brasil? Quais as evidências dessa efetividade?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Essa questão é complicada em si! O que significa eficiente, desenvolvimento efetivo e evidências? Tudo isso é muito pragmático para orientar uma avaliação da promulgação de uma lei cujo objetivo é criar condições legais para o

desenvolvimento de Políticas Públicas de Educação Ambiental. O que podemos pensar aqui, portanto, é tão somente como a promulgação da PNEA criou essas condições e como pode – ou não – por essas razões, influenciar essas políticas. O que temos aqui como resposta mais objetiva é que o tema ambiental e a educação ambiental está muito mais presente em todos os espaços sociais no Brasil hoje do que tínhamos antes de 1999 e que, por outro lado, os estudos e publicações mais recentes tem detectado, em forma de análises, um retrocesso nesse processo. Além disso, se considerarmos um dos mais importantes problemas no processo de elaboração e promulgação da PNEA que foi o veto do então Presidente da República ao financiamento da PNEA, como poderíamos esperar que seu desenvolvimento no Brasil fosse “efetivo”? Mais ainda, para pensarmos se ela se desenvolveu eficientemente, teríamos que pensar, inclusive, de “qual educação ambiental” estamos falando? Lembremos que os dados censitários levantados pelos órgãos oficiais e muito citados nos estudos acadêmicos nos mostram, por exemplo, que praticamente todas as escolas. Mas, muitos estudos tem demonstrado, inclusive alguns que eu participei como pesquisadora ou orientadora, que essa presença é frágil e, mais do que isso, até perigosa. Se pensarmos, por exemplo, como as empresas – públicas e privadas – tem entrado nas escolas pela mão da educação ambiental e o que elas querem, na verdade, é ocupar ideologicamente esse tão importante espaço educativo no sentido de levar concepções, saberes e valores comprometidos com seu próprio projeto de sociedade, podemos perguntar se, estando desta forma tão presente nas escolas a educação ambiental se desenvolveu efetivamente no Brasil e se os avanços e retrocessos que vem sendo percebidos podem ser considerados concretamente avanços e/ou retrocessos. Minha perspectiva crítica me obriga a análises mais aprofundadas que não nos permite responder se a PNEA mostrou-se “eficiente” ou não no desenvolvimento da educação ambiental no Brasil.

Jorge Sobral da Silva Maia: *Qual fundamento teórico a senhora considera importante para o desenvolvimento da educação ambiental na realidade brasileira e por quê?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: Como já venho colocando nas questões anteriores, meus estudos e ações educativas, não somente no campo ambiental, tem sido orientadas pelo Método Materialista Histórico Dialético, trazido também para esse campo. Esse Método, como um caminho que fundamenta a interpretação da realidade histórica e social foi formulado por Marx e Engels que conferiram à dialética de Hegel um caráter materialista e histórico. Então, o Método orienta o desvelamento detalhado dos problemas de estudo levando o pensamento a se movimentar (dialética) em busca da compreensão do todo, aceitando a contradição como princípio de organização do mundo social. O Método Materialista Histórico Dialético é, portanto um método de interpretação da realidade mas é também uma visão de mundo (que denuncia a exploração daqueles que vendem sua força de trabalho) e práxis (unidade entre teoria e prática rumo a transformação social). Esse Método, portanto, nos instrumentaliza para o conhecimento da realidade educacional, inclusive a ambiental. Trata-se do movimento do pensamento pela materialidade histórica da vida em sociedade, ou seja, com ele podemos desvelar (pensamento em movimento) os

fundamentos da organização das sociedades em sua trajetória histórica, e de suas relações com o ambiente. Aliado a esse Método de interpretação da realidade social e ambiental, tomo também a Pedagogia Histórico Crítica desenvolvida por Saviani e muitos outros parceiros como fundamento teórico de meus estudos acerca da educação ambiental. Nesse sentido, mais recentemente estou – juntamente com muitos parceiros – preocupada em construir uma Educação Ambiental Histórico Crítica, que significa instrumentalizar os sujeitos para uma práxis ambiental mais consciente e consequente, voltada não somente para as modificações das relações com a natureza e o ambiente, mas para a transformação radical que as sociedades organizadas sob o modo capitalista de produção determinam, relações necessariamente predatórias pois traz como princípio básico a transformação da natureza em mercadoria. A transformação das relações dessas sociedades implica na construção de sociedades sustentáveis concebidas com a orientação teórica e metodológica do Método, nos orientando um processo educativo crítico que instrumentaliza os sujeitos rumo a superação do modo capitalista de produção, superação das sociedades predatórias social e ambientalmente.

Jorge Sobral da Silva Maia: *O que a senhora gostaria de destacar em relação ao cenário brasileiro atual do ponto de vista da educação em geral e da educação ambiental em particular?*

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis: O cenário brasileiro atual é desalentador para a construção de um projeto de sociedade justa e igualitária, social e ambientalmente considerada. Essa “onda conservadora” que assistimos nos últimos tempos, que não é exclusiva do Brasil mas que também não é hegemônica, vem crescendo e ocupando cada vez mais espaço na vida social. Isso nos coloca um desafio para o enfrentamento urgente dessas forças em todos os setores sociais, particularmente na educação. A educação ambiental crítica da forma como a concebemos no interior da Pedagogia Histórico Crítica nos orienta a empreender enormes esforços no sentido de radicalizar a crítica à esta sociedade predatória em todos os sentidos, ou seja, a educação ambiental precisa enfrentar as causas históricas das relações predatórias entre as sociedades e o ambiente rumo a construção – não apenas de outras atitudes e valores -, mas principalmente de outra sociedade, de uma sociedade que estabeleça relações com o ambiente socialmente justas e ambientalmente responsáveis, uma sociedade que supere radicalmente a exploração predatória, seja ela social ou ambientalmente considerada.

Botucatu, 17 de junho de 2018.